

PRODUÇÕES DISCURSIVAS DE PSICANALISTAS SOBRE A SUBJETIVAÇÃO DA DIFERENÇA SEXUAL NA FAMÍLIA HOMOPARENTAL

*Anna Luzia de Oliveira
Myrna Agra Maracajá Maia*

A família sofreu mudanças em sua configuração ao longo do tempo, a tal ponto que, na atualidade, não se pode pensar na existência de um único modelo, mas de vários. Essas novas configurações familiares, em especial a família homoparental, tem sido objeto de estudos e reflexões desenvolvidos sob diferentes ângulos e perspectivas analíticas.

Trata-se de uma modalidade familiar que apresenta mudanças significativas nas relações parentais e conjugais, uma vez que destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar, a saber, a diferenciação sexual - pai/homem e mãe/mulher, o que acaba por ocasionar sua condenação a priori.

Para a psicanálise, que sempre se preocupou com as implicações da família para a estruturação psíquica do sujeito, argumentos segundo os quais a presença do par homem/mulher é indispensável para a produção de subjetividade “saudável” não se sustenta, sobretudo, por trabalhar com a noção de funções e desejos inconscientes dos pais e seus efeitos na criança, sendo sempre pensados no caso a caso.

No entanto, há psicanalistas que, pautados no pressuposto freudiano de que a distinção anatômica entre os sexos é estruturante para o sujeito, alertam para o perigo psíquico que a criança estaria sujeita frente a não diferença sexual dos pais. Sendo essa triangulação – pai (homem), mãe (mulher) e filho - reconhecida para muitos, como a experiência necessária para a estruturação psíquica e formação da identidade sexual, que ocorre na relação com o genitor do sexo oposto e na identificação com o do mesmo sexo – complexo de Édipo.

Porém, até hoje, não há indícios de que crianças deixadas aos cuidados de casais homossexuais tenham problemas psíquicos diferentes daqueles enfrentados por meninos e meninas de famílias heterossexuais, talvez porque as funções parentais não estão agregadas a

contingência da sexualidade, mas sim pela posição assumida por cada sujeito responsável por essas funções, e pela solução construída subjetivamente pelas crianças diante de suas experiências sexuais, sobretudo frente à diferença sexual, que de alguma forma precisa ser transmitida à criança pelo casal homossexual.

Contudo, é uma configuração familiar que muito tem aguçado o imaginário da sociedade e comunidade científica, afinal, é um arranjo familiar que, em comparação a família tradicional heterossexual, de alguma forma, vai trazer para essa criança uma questão, uma diferença com a qual ela vai ter que se deparar.

Ao diferenciar o homem dos outros animais pela capacidade de comunicação mental, Lacan (1938/2003), em *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, adverte que a família humana não deve ser reduzida a aspectos biológicos nem a aspectos sociais, sendo definida como a instituição que desempenha um papel primordial na transmissão simbólica à criança.

A transmissão simbólica se dá em dois planos distintos: é preciso que haja diferença de gerações e a diferença sexual, sendo esta última expressa não, exclusivamente, na anatomia, mas na condição da inexistência da relação sexual, sustentada pela incompletude entre a posição feminina e a posição masculina, referidas nas fórmulas de sexuação proposta por Lacan (1985), no *Seminário 20 mais, ainda*. Sendo, de tal forma, o Nome-do-Pai que, ao barrar o gozo pleno e garantir o desejo do sujeito, exerce essa transmissão.

Assim, a criança faz sua biografia, conforme Lacan (1968-1969/2008), no *Seminário 16, de um Outro ao outro*, em reflexo à maneira como se apresentaram os desejos no pai e na mãe, ou seja, a partir do que lhe foi ofertado no nível de saber (discurso parental), de gozo (o traumático no encontro com o Outro) e de objeto *a* (o que foi no desejo do Outro), a criança constrói uma resposta forjada a partir desses elementos, sua fantasia central, em torno da qual possa construir sua posição de gozo.

É a partir daí que se pode pensar a organização das funções dentro da família, uma vez que, a diferença de papéis e funções simbólicas não precisa estar inscrita na anatomia dos corpos. Nesse sentido, o que importa é a constituição subjetiva que o sujeito faz a partir do que lhe é ofertado – sexuação.

Dessa forma, por que teríamos que atribuir a função de pai a um homem, a função de mãe a uma mulher e a parentalidade a um casal heterossexual? Assim, com o intuito de somar-se a esses questionamentos e investigações, a proposta desse trabalho foi refletir a partir das produções discursivas de psicanalistas da Delegação Paraíba da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-PB), sobre a possibilidade de subjetivação da distinção sexual pelas crianças inseridas na realidade familiar homoparental.

Considerações metodológicas

Para a efetivação deste estudo, recorreremos à metodologia qualitativa (MINAYO, 1995), utilizando-se da entrevista semiestruturada, através da qual abordou-se a temática da homoparentalidade, com algumas perguntas previamente formuladas, sendo norteadoras para a pesquisadora, não impedindo que os pesquisados falassem livremente da temática proposta.

Participaram do estudo em questão, 10 (dez) psicanalistas (EBP-PB). Destes sujeitos, 09 (nove) do sexo feminino e 01 (um) do sexo masculino, cujas idades variam de 37 a 63 anos e uma variância de 10 a 39 anos de profissão. Assim, por meio do “site” da referida instituição foi possível obter informações que viabilizaram o acesso a esses sujeitos. A determinação do número de participantes foi delimitada pelo critério de acessibilidade, tendo em vista existir, no momento, apenas 19 psicanalistas membro da Delegação Paraíba. Faz-se necessário proferir que se utilizará de pseudônimos, para que seja garantido o anonimato dos entrevistados.

Depois de gravadas em MP8, as entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de discurso, de acordo com a orientação teórico-metodológica da autora Gill (2003). A análise proposta foi norteadas pelas seguintes etapas: inicialmente, foram realizadas leituras das entrevistas transcritas, a fim de focar a construção, organização e funções do discurso, observando o que pudesse estar subjacente; em seguida, realizou-se a codificação dos dados, determinado pelas questões de interesse; e, por fim, a análise como tal, construída a partir da identificação de padrões – variabilidade e consistência - e funções de características específicas do discurso.

Construções discursivas sobre a subjetivação da diferença sexual pela criança na família homoparental

Freud (1925/1996), em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, afirma que a constatação da diferença sexual impulsiona os sujeitos a construir teorias explicativas – fantasias - que os orientarão em suas vidas. Nesse sentido, embora indique que a anatomia não é o destino, assegura que a subjetivação dessa diferença sexual é estruturante para os sujeitos.

Diante de uma configuração familiar onde a diferença sexual anatômica não se coloca, a saber, a homoparentalidade, os entrevistados elencam discursos cautelosos de como essa diferença, necessária à estruturação, seria sustentada para a criança.

O discurso que se segue, argumenta que o fundamental é a construção psíquica que a criança vai realizar, a partir de algo que está no corpo imaginariamente, ou seja, não é o corpo em si:

Como o próprio Freud traz... algumas consequências psíquicas da distinção anatômicas, porque não é a coisa anatômica em si, não é o órgão em si, é muito mais a construção psíquica que essa criança vai fazer a partir de algo que vai aparentemente, imaginariamente, a princípio no corpo, então, não é o corpo em si, (...) . Lacan vem falar não do homem ou da mulher, mas da posição masculina e feminina, então é com essa posição que essa criança vai se haver, né? (Lúcia, 47 anos).

Para legitimar o discurso, Lúcia refere-se a Freud e ressalta o valor da distinção anatômica como algo que estaria mais acessível à simbolização. Posteriormente, recorre a Lacan para dizer que trata-se de “posição masculina e feminina”, seria mais uma anatomia analítica, quer dizer, está para além dessa coisa do corpo. Contudo, ressalta que, imaginariamente, o corpo facilitaria a subjetivação dessa diferença.

Nessa perspectiva, Lacan (1972-1973/1985), no *seminário 20, Mais, ainda*, assegura que não se nasce homem ou mulher, mas são posições que o sujeito escolhe para se haver com o gozo e com a castração, são maneiras que o sujeito elege frente ao significante fálico: posição masculina, refere-se aos sujeitos que se inscrevem completamente na função fálica; e posição feminina condiz com os sujeitos que não se submetem completamente a lógica fálica. Assim sendo, é com essas posições que os sujeitos ocupam frente ao fálico, que a diferença parece ser posta; é o que nos indicou a fala de Lúcia e o discurso que se segue:

É na singularidade! Né? (...) ele já está dizendo que existem consequências psíquicas nessa distinção anatômica. Então a criança, ela... o sexo vem para ela, função fálica, pelo o Nome-do-Pai (...) Ser homem e ser mulher é uma posição, é uma escolha, é uma posição! (...) A gente há de convir que vai ter uma certa dificuldade dessas crianças em subjetivar essa sexualidade, mas não é isso que diz o que é ser homem e o que é ser uma mulher! (...) É difícil dizer, a gente que trabalha na psicanálise, **nunca (enfático)** com a previsão, a gente trabalha com o imprevisto, exatamente! (Luisa, XX anos).

Na fala de Luísa o ser homem ou ser mulher refere-se a posições construídas psiquicamente, que vem a partir do Nome-do-Pai. Contudo, apresenta uma variabilidade discursiva ao dizer que “a gente há de convir que vai ter uma certa dificuldade dessas crianças, em subjetivar essa sexualidade”. Ainda nesse aspecto, evidencia que é difícil dizer, pois o trabalho da psicanálise é num só depois e, assim, faz-se necessário esperar os resultados dessa modalidade familiar.

Adriana refere como sendo uma questão difícil, mas indica que a subjetivação da diferença se efetuará no inconsciente, a partir das posições inconscientes que os pais assumem frente a criança:

É uma questão difícil. Mas seria subjetivada a partir do inconsciente de cada um dos pais, a partir de como esses pais é... estão subjetivando a sua própria vida, né? Sua própria escolha... E como estão localizando essa criança na vida deles (Adriana, 47 anos).

Assim, parece corroborar com Lacan (1972-1973/1985), no *seminário 20, Mais, ainda*, ao afirmar que a simbolização da diferença se dá em um plano inconsciente, uma vez que a diferença se faz presente a partir da posição do sujeito frente ao significante fálico. Nesse sentido, a diferença está posta a partir dessas posições e são com essas posições que a criança terá que se haver e, então, construir algo, por via fantasmática, para se posicionar enquanto sexuado.

À Guisa de Considerações

Assim, nesse cenário atual em que a família tem se constituído de diversas maneiras, a homoparentalidade é uma realidade cada vez mais presente em nossa sociedade, pois homens e mulheres homossexuais, ao conseguirem a legalização de sua prática sexual, lutam, incessantemente, pelo direito em exercer a paternidade/maternidade. Contudo, frente a possibilidade da parentalidade ser exercida por casais homossexuais, o preconceito ainda se apresenta fortemente arraigado.

Na análise das entrevistas, foi possível perceber que a subjetivação da diferença sexual, que não está, exclusivamente, na anatomia, mas nas posições dos sujeitos frente ao significante fálico, é estruturante para a constituição psíquica da criança, desse modo, precisa ser transmitida, pelo casal homossexual, para a criança, e que somente no futuro essas últimas, cada uma em sua singularidade, poderão nos assegurar algo sobre os efeitos dessa realidade familiar.

Assim, foi possível ressaltar nos discursos que a subjetivação da diferença sexual é estruturante para o sujeito, mas que mesmo passando pelo corpo, não se faz presente exclusivamente nele. Observa-se que, para os psicanalistas entrevistados, a família centrada na diferença anatômica parece facilitar essa subjetivação para a criança, o que deixa aos filhos da homoparentalidade uma dificuldade, exigindo deles um esforço a mais, o que parece sugerir uma ampliação no leque de questionamentos frente à homoparentalidade. Contudo, quanto ao desenvolvimento psíquico das crianças, parece que não há nada, até o momento, que “contra-indique” a maternidade ou a paternidade em função da orientação homossexual.

Para os sujeitos pesquisados é função da família a transmissão simbólica, e assim, independente da configuração familiar, heterossexual ou homossexual, essa transmissão, que depende da diferença de geração e diferença sexual - posições masculinas e femininas das fórmulas de sexuação - precisa ser assegurada para a criança

Desse modo, a homoparentalidade se apresenta como algo que ainda é cedo para avaliar, para predizer seus resultados, pois a psicanálise trabalha com o “só-depois”, e, desse modo, os entrevistados se posicionaram de uma forma cautelosa, embora tenham, em alguns momentos, reproduzido questionamentos sociais, afinal é uma configuração cujos resultados a sociedade ainda desconhece.

BIBLIOGRAFIA

GILL, R. Análise de Discurso In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 244 – 270.

LACAN, J. **O seminário** - livro 16. de um outro ao outro (1968-1969). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LACAN, J. **O Seminário** – Livro 20. Mais, Ainda (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo (1938) In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOBRE AS AUTORAS

Anna Luzia de Oliveira. Psicóloga clínica da Clínica, Pronto Socorro Infantil e Hospital geral – CLIPSI, na cidade de Campina Grande-PB, graduada pela Universidade Estadual da Paraíba.

Myrna Agra Maracajá Maia. Prof. Ms. Psicóloga, psicanalista, Membro da Escola Brasileira de Psicanálise - Campina Grande - PB.